



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO: REFLEXOS NA
PRÁTICA PROFISSIONAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**

ANDREIA SANTOS BENVINDO

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas.

BRASÍLIA-DF

2012

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO: REFLEXOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

ANDREIA SANTOS BENVINDO

Comissão Examinadora:

Professora Orientadora Maria da Conceição da Silva Freitas

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Professora Hέλvia Leite Cruz

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Professora Luzia Costa de Souza

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

BRASÍLIA, 20 DE JUNHO DE 2012

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

Paulo Freire

Agradeço em primeiro lugar a Deus, e a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram de modo a tornar possível o fim dessa caminhada. Aos meus pais pelo apoio em todos os momentos da minha vida, especialmente minha mãe por seu amor incondicional, sem o qual não conseguiria ter chegado onde estou. Ao meu marido, pela ajuda e por sua imensa capacidade de me por para cima e incentivar a seguir em frente. Aos meus filhos amados, pelos quais me sinto motivada a lutar sempre, às minhas queridas irmãs amigas, pelas palavras de apoio e também pelas críticas, as quais me ajudam refletir sobre o ser humano que fui, sou e que pretendo ser. Aos professores que marcaram minha trajetória e finalmente a professora Maria Conceição pela orientação.

Dedico este trabalho aos meus filhos Giovanna, Giovanne e Giulia, que são minha conquista mais valiosa e fonte de inspiração para continuar crescendo.

RESUMO

Mudanças na Legislação do Ensino: Reflexos na Prática Profissional da Orientação Educacional

O mundo atual é complexo e isso se reflete nas escolas. O Orientador Educacional tem como papel mediar os conflitos entre toda a comunidade escolar, ajudando-os refletir sobre as questões da atualidade com vistas a uma formação não somente de conteúdos, mas para a vida, ajudando dessa maneira a escola atingir os seus objetivos. A Orientação Educacional possui uma história recente, no passado sua presença nas escolas era obrigatória, até que a mudança da legislação atual foi omissa em relação à presença dos Orientadores Educacionais nas escolas. Essa pesquisa pretende buscar os possíveis reflexos dessa mudança na prática cotidiana dos Orientadores Educacionais. Para tal, foi realizada uma pesquisa empírica, na qual foram entrevistados Orientadores Educacionais do Distrito Federal com o objetivo de conhecer sua prática cotidiana, além de levantamento teórico e análise dos dados obtidos, nos quais nota-se os reflexos da mudança da legislação na prática dos Orientadores Educacionais.

Palavras-chave: Legislação Educacional; Orientação Educacional; Prática Profissional; Orientação Escolar.

SUMÁRIO

1. Apresentação	8
2. Memorial	9
3. Introdução	15
4. Compreendendo a Orientação Educacional	20
5. Origens da Orientação Educacional	24
5.1 Ontem: a obrigatoriedade da Orientação Educacional no Brasil	25
6. Hoje: a omissão da obrigatoriedade da Orientação Educacional na LDB de 1996	31
7. Atribuições Legais do Orientador Educacional	33
8. A Orientação Educacional no Distrito Federal	35
8.1. Diretrizes Legais da Orientação Educacional no Distrito Federal	38
8.2. Organização da Orientação Educacional no Distrito Federal	40
9. A prática da Orientação Educacional no Distrito Federal	42
9.1. O que dizem os Orientadores Educacionais	44
10. Considerações finais	53
11. Perspectiva de vida e atuação profissional	55
12. Referências Bibliográficas	56
13. Anexos	58

1. Apresentação

O interesse em atuar no campo da Orientação Educacional motivou a pesquisa deste trabalho monográfico. Tal interesse surge ainda no decorrer do Ensino Médio, em decorrência das experiências vividas, as quais foram proporcionadas graças ao trabalho do Orientador Educacional, no sentido de orientar os meus estudos e influenciar a minha escolha profissional.

Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Pedagogia nessa área do saber, mais precisamente nas disciplinas de Orientação Vocacional Profissional e Avaliação das Instituições Educativas, reafirmaram meu conceito prévio sobre o salutar papel do Orientador Profissional na educação. Contudo, não foram suficientes para a obtenção de conhecimentos mais aprofundados, assim o presente trabalho pretende contribuir para o preenchimento de tais lacunas.

As diretrizes da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para o projeto 5, apontam para a construção de um Trabalho Final de Curso orientado por três dimensões complementares:

- Memorial: Trabalho de reconstituição da trajetória percorrida ao longo do curso, realizando um balanço subjetivo das experiências vividas e refletindo sobre o seu processo de formação. No presente trabalho, o memorial busca fazer um resgate das experiências que direcionaram a escolha da Orientação Educacional como fonte de pesquisa e como aspiração profissional.

- Monografia: Trata-se de um trabalho de iniciação científica com um tema delimitado, voltado principalmente para a reflexão crítica. O levantamento teórico permitiu um conhecimento do histórico e dos conceitos e as entrevistas realizadas permitiram uma análise da prática dos Orientadores Educacionais, bem como dos reflexos da mudança no cotidiano desses profissionais.

- Perspectivas de atuação profissional: Busca apresentar as aspirações futuras tanto no campo profissional quanto no campo educativo.

2. Memorial

Nasci em Brasília. Meu pai, Agamenon, veio do Piauí em busca de melhores condições de vida. Aqui concluiu o antigo segundo grau e prestou concurso público, foi aprovado e ainda encontra-se atuando nos quadros do Governo Federal. Minha mãe, Maria de Jesus, veio de Goiânia, profissionalizou-se no curso técnico de auxiliar de enfermagem, atuou pouco tempo na área, pois também foi aprovada em concurso público. Sou a segunda filha das quatro que tiveram.

Meus pais vieram de famílias simples, nenhum dos meus avós tiveram acesso aos estudos. Talvez por esse motivo, eles diziam que o importante era trabalhar, não havia um incentivo relacionado à escola. Contudo, estimulados pela esperança de mudança em suas vidas, meus pais estudaram e conseguiram bons empregos, embora não tenham cursado o ensino superior.

Em nossa casa, o estudo sempre foi prioridade. Eu e minhas irmãs entramos na escola já pré-alfabetizadas. Meu pai sempre foi muito rígido e cobrava boas notas.

Ainda assim nunca fui uma aluna nota dez, fazendo uma média da minha trajetória escolar; pode-se dizer que sou um pouco acima da média. Isso não significa falta de esforço e estudo, ao contrário, sempre estudei para conseguir ficar nessa faixa.

Entrei na escola com cinco anos, era uma escola particular de pequeno porte perto de casa. Não lembro nome de professores e nem de colegas, e dessa escola só lembro da piscina! Essa etapa da minha escolarização é quase apagada, talvez porque a experiência não tenha sido boa; e de fato ao sair de lá, não tinha os requisitos necessários para ingressar na segunda série e como resultado fui matriculada novamente na primeira série do La-Salle, escola tradicional de Sobradinho.

Na terceira série fui matriculada na escola pública, pois meus pais iniciaram a construção da casa e não foi possível conciliar os gastos. Não foi uma mudança fácil, me sentia deslocada no novo espaço, mas aos poucos fui me adaptando e fazendo amigos.

A mudança curricular da quinta série foi uma etapa superada com dificuldades, vários professores e muita matéria, especialmente matemática com a introdução da incógnita! A

sexta série foi mais tranqüila, e paralelamente iniciei um curso em língua francesa como aluna bolsista em uma escola de línguas particular. Essa enviava as notas do curso para a escola onde estava matriculada e lembro que uma vez fui chamada para ir até a direção, onde fui parabenizada pela iniciativa de buscar um curso de língua estrangeira e pelas boas notas obtidas no mesmo. Fiquei muito feliz com o elogio e me senti motivada a continuar buscando conhecimentos extra-classe. Esse episódio me leva refletir sobre a importância do reconhecimento dos professores para com os alunos, elogiar é importante e com certeza vou buscar reconhecer as conquistas dos meus futuros alunos.

Na sétima série fui matriculada em uma escola de freiras, particular, novamente estranhei o novo espaço. Não conhecia ninguém e não conseguia acompanhar os conteúdos, que eram mais avançados em relação à escola anterior, mas tive boas experiências nesse período. Lembro de uma ótima professora de português que contribuiu de maneira significativa para o meu amor pela leitura. Ao término do ano, estava em recuperação por todos os quatro semestres em matemática. Precisei da ajuda de uma professora particular, estudei muito e consegui passar na recuperação final. Essa professora particular também influenciou minha escolha profissional, pois ela fazia Pedagogia na UnB e tinha uma pequena empresa especializada em aulas particulares e eu a admirava por ministrar aulas em todas as matérias do ensino fundamental e médio. Ela era como uma heroína para mim!

No ano seguinte voltei para o La-Salle onde fiquei até terminar o Ensino Médio. Essa etapa foi bastante conturbada, pois fui mãe aos quinze anos e não é difícil de imaginar a complicada situação que me encontrava. Foi um período de superação, porque em nenhum momento pensei em parar de estudar, ao contrário, agora era preciso seguir firme nos meus objetivos. Quando dei a luz só permaneci afastada da sala de aula por um mês, a ajuda dos meus familiares foi fundamental para a continuidade dos meus estudos.

Durante o Ensino Médio a escola realizou vários trabalhos voltados para o vestibular da UnB. Foram realizadas palestras voltadas para o PAS (Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília), programa recente na época, o qual suscitava várias dúvidas e expectativas nos alunos. Especialmente no terceiro ano, a equipe de Orientação Educacional realizou oficinas muito significativas na minha vida escolar. Uma delas foi a palestra com ex-estudantes da escola que foram aprovados na UnB. Eu admirava esses alunos e sonhava em um dia ocupar uma vaga nessa universidade. Outra ação dessa equipe foi levar os concluintes do Ensino Médio para conhecerem o campus desta universidade, fiquei encantada com o

enorme espaço ocupado pela mesma, com a biblioteca, com o restaurante universitário, os gramados e o imenso corredor do ICC (Instituto Central de Ciências). Minha maior meta era estudar na UnB! Minhas notas no PAS eram boas e tinha esperanças em conseguir ingressar pelo programa. Contudo fiquei em dúvidas entre optar por Pedagogia ou Serviço Social, acabei escolhendo o último e ficando em excedente, se tivesse optado pela primeira, o total de pontos seria suficiente para a minha aprovação. Na verdade, a única coisa que sabia em relação aos cursos era: a Orientadora Educacional, profissão que admirava e gostaria de seguir, era formada em Pedagogia. Naquele momento, não me interessava conhecer as profissões, e minha única certeza era conseguir estudar nesta universidade.

Hoje, com os conhecimentos adquiridos na graduação de Pedagogia, percebo a importância que o trabalho da Orientação Educacional teve em minha trajetória, mas também vejo as lacunas deixadas, pois nos apresentaram a universidade, as formas de ingresso e os alunos que lá chegaram; contudo não houve um trabalho voltado para o conhecimento das profissões e do mercado de trabalho. Talvez, se o tivessem realizado, eu teria tido discernimento na escolha do PAS e teria ingressado em Pedagogia pelo programa.

Não passei no PAS e acontecimentos na minha vida pessoal foram me distanciando do sonho. Terminei o Ensino Médio em dois mil, e somente em 2003 voltei a estudar para o vestibular em um cursinho beneficente oferecido pela Universidade Católica de Brasília. Em 2004 fui aprovada em primeiro lugar na Universidade Estadual de Goiás em Pedagogia. Bom, a universidade não era a desejada, mas me senti vitoriosa, pois era mãe de família com três filhos e obtive a melhor nota, com isso surpreendi a mim mesma, meus familiares e os colegas da universidade.

Pedagogia sempre foi o curso desejado, contudo o curso ainda não era reconhecido estava passando por uma reestruturação, e isso me assustava porque temia o não reconhecimento. Em dois mil e cinco, uma colega da UEG conseguiu transferência para a UnB, até então eu não tinha conhecimento de tal possibilidade. Pesquisei e busquei os pormenores de tal possibilidade e fiz minha inscrição para o processo seletivo de dois mil e seis. O processo era dividido em três etapas, primeiro análise curricular, depois provas de conhecimentos gerais e finalmente a prova específica. Estudei muito, não podia perder a chance de ingressar na universidade dos meus sonhos! O esforço foi recompensado e nesse mesmo ano me vi matriculada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília

Quando cheguei à Faculdade de Educação estranhei sua grade aberta e a enorme oferta de disciplinas, era bem diferente da matrícula única da faculdade que deixara. Como faria aproveitamento de estudos fui orientada a matricular-me em disciplinas de semestres mais avançados, ou seja, a cada noite assistia aulas com turmas de semestres diferentes. Foi difícil, pois não conseguia fazer amizade e por várias vezes fiz trabalho em “grupo” sozinha. Com a turma ingressa só peguei uma disciplina: Oficina Vivencial, e lá pude perceber que não estava sozinha no tangente ao estranhamento.

Apesar das dificuldades estava gostando do curso e das matérias, no segundo semestre cursei Oficina do Professor Leitor e lá tive a certeza que um dia também passaria para meus alunos o gosto pela leitura.

Por volta do quarto semestre foi ficando difícil fechar a grade, pois as matérias se desencontravam. Então comecei buscar disciplinas do diurno. Fiz Classe Hospitalar e achei maravilhosa a possibilidade de ajudar crianças hospitalizadas, me inscrevi no projeto que realizava atendimento no HUB (Hospital Universitário de Brasília). Era gratificante perceber o quanto um jogo ou um pouco de atenção fazia diferença para aquelas crianças. Não consegui terminar o projeto, pois comecei a ter dificuldades para sair de casa durante o dia. Meus filhos estavam estudando em horários diferentes e isso exigia uma pessoa em casa durante o dia inteiro.

No semestre seguinte participei dos projetos 3 e 4: Filosofia na escola com os professores Álvaro e Tadeu, realizado em uma escola pública de Ceilândia. Nesse projeto ministrei, juntamente com outro colega, duas oficinas. Lembro de ter ficado encantada com os pensamentos das crianças. Penso em usar essa prática quando for professora, é muito importante formar pessoas críticas e pensantes, que não se acomodem diante de sua realidade e atuem para a sua transformação.

Depois participei do projeto 3 em Educação Matemática, gostei muito, pois a professora ensinava na prática, aprendi de uma maneira simples conteúdos que jamais soubera. Talvez não goste de matemática porque ela nunca me foi ensinada de forma lúdica e com sentido. Com materiais simples, reciclagem e boa vontade é possível confeccionar um

ótimo material para ensinar a disciplina. Gostei do projeto por ele ser prático e avaliado em todas as atividades e não somente em um trabalho final.

Na época achava que seria interessante participar de projetos com assuntos diferentes, o projeto 2 não era obrigatório para o meu semestre (1º/2006), então pensava em conhecer de tudo um pouco. Fiz o projeto 3 (fase 3) e projeto 4 (fase 2) com a professora Cláudia Dansa na área de Pedagogia Waldorf, e ela me disse, finalmente, que seria mais interessante fazer projetos afins pois eles poderiam ser aprofundados e transformados em monografia. Bom, agora só faltava um projeto e o jeito era continuar e ver o que iria acontecer.

A escola Moara de Pedagogia Waldorf, parecia uma realidade paralela, tinha um enorme espaço verde com árvores, balanços e até galinhas. As crianças do primeiro ano já sabiam tricotar e confeccionavam toucas, bolsas e cachecóis e ainda tocavam flauta e pintavam aquarelas! A mesma professora acompanhava os alunos do primeiro até o quinto ano, assim o professor se tornava parte dos seus alunos, conheciam a família e toda trajetória dos discentes.

Nesse semestre mais uma vez tive dificuldades para conciliar casa e universidade, terminei o projeto, mas não com a consistência que gostaria, então decidi que só faria a fase faltante quando pudesse me dedicar.

Em 2009, peguei apenas três disciplinas e comecei estudar para concursos e perdi quase que totalmente o vínculo com a Faculdade de Educação. Em 2010 passei em um concurso de Ensino Médio, que tinha várias etapas, a empresa do meu marido era no meu nome e precisava fechá-la e resolver pendências com impostos, pois a próxima fase do concurso seria investigação social e não poderia estar devendo a Fazenda. Depois precisei me dedicar ao teste físico, estava há dez anos sem realizar atividades físicas, achei que não conseguiria: como era difícil correr por doze minutos! Consegui e mais uma etapa foi vencida, agora só faltava o teste psicotécnico. Passei e agora faltava o curso de formação, esse processo durou todo o segundo semestre de 2010 e as matérias da UnB foram abandonadas.

Em 2011 voltei com a intenção de terminar o curso. Fiz a última fase do projeto na área de Educação em Geografia, e decidi usá-lo para minha conclusão de curso, pois precisava de um tema e o mesmo unia áreas das quais gostava: sala de aula e educação ambiental. Mas a matéria exigia conhecimentos específicos de Didática em Geografia dos quais não tinha afinidade alguma. O tema foi se tornando um peso e eu não estava nem um

pouco feliz com situação. Continuava estudando para concursos, pois não estava satisfeita com o qual havia passado. Estava me cobrando muito e me sentia culpada por não conseguir escrever meu trabalho. Então decidi não concluir o projeto e buscar uma área com a qual eu tivesse mais afinidade.

Apesar dos meus projetos terem sido voltados para a sala de aula, não quero permanecer nessa área, então em 2012 decidi escrever uma monografia em uma área na qual tivesse mais afinidade. Conversei com um professor e ele me indicou a professora Maria da Conceição da Silva Freitas, pois a mesma estava com um projeto na área de Orientação Educacional. Fiquei feliz, já que durante o curso nunca tinha visto um projeto nessa área. Conversei com a professora e decidimos realizar o projeto fazendo uma análise teórica e da legislação acerca da Orientação Educacional, culminado em entrevistas que a princípio mostrariam o quadro dessa área do conhecimento no sistema de ensino do Distrito Federal.

Nos meses que venho escrevendo sobre esse tema, várias questões levantadas no início do trabalho foram respondidas e outras foram surgindo. Percebi que o tema ainda possibilita várias vertentes para a pesquisa que pretendo explorar na continuidade dos meus estudos. Percebi também que ainda existem muitas barreiras para serem superadas pelos profissionais atuantes nas escolas, isso me inquieta, motiva e reafirma minha vontade de especializar-me na área.

Finalmente, posso dizer que a pesquisa mostrou a importância do Profissional em Orientação Educacional nas escolas e a relevância do seu trabalho na construção de uma sociedade mais justa, onde todos tenham direito a uma educação capaz de transformar sua realidade, uma educação que se ocupe em proporcionar pessoas produtivas para a sociedade, mas que vá além disso e enxergue seus alunos não como produtos à serviço dos sistemas e sim como seres humanos; os quais são cheios de sonhos e esperanças. Nesse sentido, sinto-me cheia de entusiasmo por tornar-me uma educadora e contribuir para transformar vidas, assim como a minha um dia foi transformada.

3. Introdução

O presente trabalho pretende refletir sobre a atuação de um importante ator na consecução dos objetivos da escola: o Orientador Educacional num contexto de mudança social no campo da educação.

Pode-se dizer que as principais características do mundo atual são: a globalização; a qual nos traz dois fenômenos paradoxais, primeiro a homogeneização dos espaços da sociedade com todos os prejuízos advindos desse processo como imposição de estilos de vida internacionais e ideais de consumo, e segundo a ampliação das desigualdades. Outra característica do mundo atual é a mundialização, trazendo a eliminação das fronteiras culturais, econômica e políticas. Pode-se ainda caracterizá-lo pelo desenvolvimento científico, especialmente do crescimento do desenvolvimento das tecnologias da informação que possibilitam o conhecimento simultâneo de algo ocorrido no outro lado do mundo. Neste sentido, estamos vivendo um momento marcado pela complexidade e as transformações trazidas por este mundo moderno refletem diretamente na educação, que hoje é entendida como um fenômeno multifacetado, pois ocorre em vários lugares e de diferentes formas (LIBÂNEO, 2005).

A educação pode ser compreendida, em sentido estrito, como uma prática social que acontece por meio de situações em um determinado tempo e espaço, de forma intencional ou não. Em um aspecto mais abrangente, pode-se considerar, como uma prática que ocorre em qualquer espaço, espontaneamente, num processo social que acontece ao longo da vida. É uma “situação social de aprender- ensinar- aprender” (BRANDÃO, 2006). Para resumir esse conceito tão abrangente: é toda relação na qual se ensina ou se aprende algo, num movimento circular, pois nesta relação o ser humano educa-se e desenvolve-se permanentemente. Finalmente, podemos entender a educação como não sendo produto exclusivo da escola, pois pode acontecer de pais para filhos, entre colegas, dentre infinitas possibilidades.

Contudo, é na escola onde ela acontece de forma sistematizada com profissionais habilitados para ensinar ou gerir o sistema educativo. A escola possibilita a aprendizagem de conteúdos e habilidades necessárias para a vida em sociedade. Como já citado, a sociedade de hoje é extremamente complexa, e aos profissionais da educação cabe oferecer a base para compreensão dos problemas atuais, trazendo para a escola os problemas locais, e dentro do

processo pedagógico ir oferecendo ferramentas que permitam um entendimento mais amplo. Além de ensinar conteúdos, a escola também se ocupa de tornar o sujeito capaz de agir para a transformação pessoal e social. Em suma, seu papel fundamental é preparar para o exercício consciente da cidadania.

Nesse sentido, a educação escolar é um ato intencional no qual se exige conhecimento técnico, mas também comprometimento com a função social dos sistemas de ensino. Ao pesquisar sobre os objetivos da escola de hoje, nota-se a existência de certo consenso entre os autores, em atribuir à escola a responsabilidade de garantir a aprendizagem de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade. O seu papel, portanto, é assumir o compromisso de formar cidadãos conscientes, capazes de apreender os acontecimentos da sua realidade, compreendê-los e posicionar-se com vistas ao bem comum.

Ao educador que assume a escola como sendo um agente de transformação social é necessário enxergar seus alunos de forma integral, como pessoas em desenvolvimento, que precisam de conhecimentos capazes de instrumentalizá-los no prosseguimento dos estudos, bem como de formação humana. Todos têm direito a uma educação sólida e significativa, onde possam ser formados para a vida.

Nesse sentido, o Orientador Educacional é caracterizado por Giacaglia (2010, p. 59), como:” (...) *um profissional do corpo técnico, da área de educação, que exerce uma profissão de apoio a pessoas e, portanto, de natureza assistencial. Ele é formado em curso de Pedagogia e possui habilitação em O. E.*”

Grispun (2011), na introdução à quinta edição de seu livro: *A Orientação Educacional. Conflito de paradigmas e alternativas para a escola*, afirma que esses profissionais são necessários ao passo que a sociedade exige uma educação de qualidade. Como argumento, a autora coloca a questão da existência desse profissional em quase todas as escolas particulares consideradas como as melhores, comprometidos não somente com currículos e conteúdos, mas com a formação integral do aluno.

Outro fator colocado pela autora, já citado ao início desse texto; mas que ajuda a nortear a importância desse profissional, está associado ao contexto social da atualidade, com questões ligadas à globalização e às novas tecnologias, as quais trazem inúmeras outras questões, refletindo dessa maneira os desafios da escola hoje. Assim, tendo como princípio uma escola que além de transmitir conteúdos também prepare para a vida, se faz necessário

considerar a premência de refletir junto com os alunos questões ligadas ao momento histórico que estamos vivendo.

Dessa maneira, Grispun (2011) nos leva a refletir sobre uma nova Orientação Educacional, a qual além de comprometer-se com o desenvolvimento, formação ou auxílio nas dificuldades, compromete-se em orientar para a vida “*para ser cada vez mais, um indivíduo multiplicador e transformador de seu tempo*”.(GRISPUN, 2011, p. 11)

3.1) Formulação do Problema

A Orientação Educacional é de suma importância para a educação, ainda que a exigência desse profissional nas escolas tenha deixado de ser obrigatória, nota - se uma demanda pelos serviços desses profissionais, muito embora em funções que não denotem suas verdadeiras atribuições.

O trabalho desse profissional é definido em lei, na qual são arroladas suas atribuições privativas e contributivas. Contudo, com frequência vê-se orientadores realizando tarefas diversas daquelas do seu campo de atuação, tais como receber alunos atrasados, cobrir horários de professores faltantes, vigiar corredores e outros.

O presente estudo busca compreender a atuação desse profissional nas escolas públicas do DF, e se existem conseqüências no cotidiano em decorrência da omissão sobre a presença do Serviço de Orientação Educacional nas escolas do Distrito Federal, a partir do texto da LDB Nº 9394, de 1996.

Na busca dessa compreensão adota-se como problema: - Como tem sido o cotidiano dos Orientadores Educacionais no Distrito Federal tendo em vista a omissão legal sobre a presença do Serviço de Orientação Educacional nas escolas?

3.2) Justificativa

A principal função do Orientador Educacional na atualidade é atuar como um mediador entre a sociedade e a escola, buscando contemplar as questões levantadas nessa relação. Sabe-se que a principal função da escola é ensinar para o trabalho e para a vida. Contudo, percebe-se nas escolas públicas uma crescente diminuição de profissionais da educação, talvez por economia por parte do Estado, assunto que inclusive merece ser tema de trabalhos posteriores. Assim, os professores têm várias turmas, comumente chegam ao fim do ano letivo sem conhecer todos os seus alunos, ou seja, estão atarefados e sua principal função é transmitir os conteúdos. A direção está ocupada com os aspectos burocráticos e também sofre com o número reduzido de pessoal. Os professores ensinam e a equipe de gestão escolar se ocupa com as funções de administração. Assim, quem está pensando na educação para a vida? Será que os professores, mesmo estando tão ocupados, são capazes de ocupar-se com o lado subjetivo e objetivo da aprendizagem de seus alunos, sem qualquer mediação?

Pode-se perceber dentro desse recorte mínimo, a complexidade e a necessidade de um mediador que faça a ligação entre a escola e a vida dos alunos, entre os alunos e os professores, entre a direção e os alunos, entre os pais e a escola, entre a escola e a sociedade.

Dessa maneira o presente trabalho pretende estudar o histórico da Orientação Educacional no Brasil e no Distrito Federal, neste buscando conhecer as diretrizes locais para atuação desse profissional, bem como o cotidiano de sua prática na escola. Para tal, usando como eixo norteador a questão da omissão legal sobre a existência da Orientação Educacional, embora ela seja importante para a educação.

Objetivo Geral:

Identificar os reflexos da mudança da legislação na forma de atuação cotidiana do Orientador Educacional nas escolas do Distrito Federal.

Objetivos Específicos:

- a) Verificar a documentação - LDB sobre as diretrizes de atuação do Orientador Educacional de modo geral;
- b) Verificar a documentação sobre as diretrizes distritais para a atuação do Orientador Educacional;

- c) Investigar se o trabalho conduzido na prática cotidiana do Orientador Educacional encontra-se de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e distritais e
- d) Investigar o impacto da mudança da legislação sobre Orientação Educacional no cotidiano das escolas.

4. Compreendendo a Orientação Educacional

Ao buscar conceitos possíveis para a Orientação Educacional se faz necessária uma breve explicação do contexto sócio-histórico, pois a trajetória apresenta várias definições ao longo de seu desenvolvimento.

A Orientação Educacional no Brasil surge no início da década de 20, ela foi introduzida pelo professor e engenheiro suíço Roberto Mange, cujos trabalhos iniciais foram realizados na área de orientação profissional. (SAVIANI, 2007)

A essa época, o país atravessava um período de instabilidade econômica. No campo educacional, as oportunidades eram reservadas para as classes dominantes, enquanto que as classes menos favorecidas não podiam galgar melhores condições de vida, ou seja, a escola reproduzia as desigualdades sociais.

Nesse contexto, o papel da Orientação Educacional era o de desvendar às aptidões naturais do indivíduo, neste momento o seu referencial era fortemente apoiado em bases psicológicas. A sua função era de destacar o indivíduo mais capaz do menos capaz, àqueles que exerceriam funções subordinadas e àqueles que exerceriam funções de chefia ou direção.

Mais tarde essa Orientação recebeu um caráter corretivo, os alunos problemas, ou que saíam dos moldes desejados eram de responsabilidade do então SOE (Serviço de Orientação Educacional). A nova abordagem traz aos orientadores a função de resolver questões relacionadas com a indisciplina ou falta de ajustamento. Se necessário fosse, os indisciplinados eram dispostos em classes especiais e os considerados mais capazes tinham as habilidades treinadas para que mais tarde ocupassem os melhores postos de trabalho.

Nesse momento, nota-se a uma ação discriminatória, pois rotulava-se as pessoas como aptas ou inaptas. Contudo, como já citado, o histórico da Orientação Educacional será tratado no decorrer do texto e dessa forma poderemos perceber os diferentes papéis assumidos por essa pasta nos diferentes contextos históricos e políticos.

Hoje, o Serviço de Orientação Educacional, busca assumir o papel de parceiro da educação, até porque se é ele um serviço educacional, suas bases devem estar apoiadas nas bases dessa mesma educação. Pretende subsidiar o professor no seu trabalho, ajudar o aluno no decorrer do seu processo educacional, fazer a ponte entre família e escola, ser um elo entre

a sociedade e a escola e vários outros papéis assumidos. Essa nova proposta também é colocada em forma de desafios.

A Orientação Educacional passa então a ser um processo ativo, que está sempre em movimento, deixa de se orientar como serviço interno restrito ao espaço da escola; muito pelo contrário; se projeta para além dos muros escolares, pois sua função é fazer a ponte entre a comunidade e o estabelecimento de ensino. Como parceira do processo educativo volta-se para a construção e a produção de conhecimento, posto que este é objetivo daquele. O Orientador Educacional também faz a articulação e comunicação entre todos os atores da escola: alunos, pais, professores, direção, funcionários e comunidade. Assim, o trabalho apresenta um olhar para o educando, centrado na responsabilidade de formar cidadãos, de fazer valer o caráter democrático da educação, ou seja, dotar os indivíduos dos subsídios necessários para a atuação no meio social. Podemos perceber essa ideia, na seguinte fala de Grispun:

Auxiliá-los através de uma prática pedagógica que estimule sua participação, desenvolvendo sua capacidade de criticar e fundamentar sua crítica, de optar e assumir a responsabilidade da execução e da avaliação do trabalho pedagógico. ...O orientador trabalha o aluno para o seu desenvolvimento pessoal, visando à participação dele na realidade social. (GRISPUN, 2003, p. 109).

No tangente à ação junto aos professores, o trabalho volta-se para a constante reflexão crítica da prática pedagógica. Todos os mecanismos e processos partícipes desse processo precisam ser refletidos e discutidos, assim pode-se avaliar o cumprimento dos objetivos e caso contrário, investigar possíveis causas e estabelecer novas metas. Para ilustrar tal questão, cita-se discussões sobre aspectos técnicos pedagógicos, avaliação, evasão, taxa de repetência, adequação dos conteúdos com a realidade dos alunos, dentre várias outras questões que perpassam o cotidiano escolar. Cabe ressaltar: na promoção das reflexões e discussões, o Orientador Educacional deve conhecer a ciência da educação incluindo as teorias da aprendizagem, as psicológicas, as ciências sociais, ou seja, possuir competência técnica.

Segundo Rios (2001), competência equivale a saber fazer bem, mais do que isso é estar além da competência técnica, é estar comprometido com a dimensão política da educação. Tal dimensão pressupõe que o profissional esteja voltado para os fins do seu trabalho, e mais uma vez coloco que tal fim é a formação do cidadão.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Rios, coloco a dimensão ética da competência do educador. Nessa dimensão ressalto que o educador não pode ater-se apenas a competência técnica com prejuízo da dimensão política, nem focar a dimensão política e empobrecer o aspecto técnico. A questão é equilibrar os dois aspectos, pois se analisarmos mais detalhadamente cada um deles, arrisco dizer que a competência técnica é indissociável da política, ao passo que, se estou realizando um bom trabalho educativo ele conseqüentemente irá desembocar na dimensão política visto que o meu aluno terá as condições necessárias para atuar na sociedade. E se estou preocupado com o aspecto político, vou buscar a competência técnica para bem desenvolvê-lo.

No trabalho com a equipe de gestão escolar, o papel do orientador é de colaborar com a organização das questões do processo educativo, participar das decisões a serem tomadas, também e finalmente organizar os processos relacionados com a infra-estrutura da escola.

No trabalho com os pais, funcionários e comunidade, destaca-se a importância do papel de cada um no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Busca promover a identidade profissional, a auto-estima, ou seja, tenta mostrar que todos têm um papel salutar no bom desenvolvimento da organização escolar. Promove ações para que os pais sintam o desejo de participar do cotidiano escolar, construindo espaços onde eles possam colocar seus anseios e suas insatisfações. Um dos desafios desse profissional é justamente esse: trazer os pais e a comunidade para a escola, uma forma de conseguir tal intento, seria trabalhar o sentimento de pertencimento, orientando o trabalho para a percepção da escola como um espaço coletivo onde as decisões podem ser compartilhadas. (GRISPUN, 2003)

No decorrer do texto percebe-se a complexidade do trabalho do Orientador Educacional, destaco ainda, dada tal complexidade, a importância do planejamento nessa tarefa. O planejamento deveria fazer parte de qualquer ação pedagógica, assim o Orientador Educacional como parceiro desse processo também faz uso dessa ferramenta. Destaco a fala de Heloísa Lück, no livro “Planejamento em Orientação Educacional”:

Planejamento é um processo dinâmico e complexo que envolve, além de uma dimensão técnica (forma), a dimensão política (fundo). Minimizar a importância do planejamento por se ver nele única e exclusivamente a dimensão técnica, isto é, o seu aspecto formal, é vê-lo com uma ótica limitada, atribuir-lhe apenas uma perspectiva linear, e, em consequência, desvalorizar a outra dimensão correspondente, que por certo, não se expressa sem a dimensão técnica e vice-versa. (LÜCK, 2003, p. 12).

Em busca da definição de Orientador Educacional, podemos inferir das funções arroladas que o mesmo é um mediador entre alunos, pais, professores e sociedade. Segundo Giacaglia e Penteado (2010), “*é um profissional técnico, da área de educação, que exerce uma profissão de apoio a pessoas e, portanto, de natureza assistencial.*” Ainda segundo essas autoras o trabalho desses profissionais se orienta principalmente para o “*bem estar e felicidade*” dos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino onde atuam. É necessário compreender o educando de forma integral, e não apenas como um sujeito a ser ajustado e ensinado.

O próximo capítulo discorre em pormenores o histórico da Orientação Educacional, possibilitando dessa maneira, melhor entendimento das origens e desenvolvimento, abordando desde o surgimento, atrelado as aptidões para o trabalho, passando pela legislação que a tornou obrigatória nas escolas, e finalmente; chegando aos dias atuais, onde a legislação desobriga e negligencia sua presença nas escolas.

5. Origens da Orientação Educacional

A Orientação Educacional surge atrelada às necessidades da sociedade industrial do início do século XX. A crescente demanda do comércio trouxe a multiplicação de postos de trabalho. Nesse contexto, a Orientação tinha por objetivo classificar trabalhadores como aptos ou inaptos para determinadas tarefas, buscando evitar acidentes e principalmente o aumento da eficiência da produção.

Seu surgimento oficial é datado em 1907, com a criação, por Frank Parsons, do primeiro centro de orientação dos Estados Unidos. Foi também o responsável em unir as práticas psicológicas da Orientação Profissional da indústria à Pedagogia em um livro que publicou dois anos depois, intitulado: *Choosing a Vocation* (CARVALHO, 1995; ROSAS, 2000; apud SPARTA, 2003). Nesse, Parsons propunha três passos a serem seguidos no processo de Orientação: análise das características do orientando, das ocupações e finalmente o cruzamento entre elas. Nesse momento histórico, a definição das características de cada indivíduo eram obtidas por meio do autoconhecimento. Contudo, entre 1920 e 1930, a orientação foi fortemente influenciada pela Psicometria e pela Psicologia Diferencial, posto que tais áreas passaram a definir as características pessoais através de testes de inteligência, aptidões, interesse e personalidade. Assim, passou a ser um processo diretivo, no qual o orientador realizava diagnósticos e indicava para o cliente a melhor carreira a seguir, tal perspectiva é denominada como Teoria do Traço e Fator (BROWN e BROOKS apud SPARTA, 2003).

A partir de 1940, ocorreram importantes mudanças nesse campo de atuação. Em 1942, com a publicação do livro de Carl Rogers, o qual fundamenta a Terapia Centrada no Cliente, houve a aproximação dos conceitos de Psicoterapia e Aconselhamento Psicológico, valorizando a participação ativa no processo de intervenção, tornando-o não diretivo. Tais ideias tiveram forte influência para a Orientação Profissional. (SPARTA, 2003)

Na década de 50, o painel de mudanças de paradigmas continuava sendo elaborado com a publicação de várias teorias sobre a escolha profissional. Importante marco foi o livro de Ginzberg: *Occupational Choice* (BROWN e BROOKS apud SPARTA, 2003). Este trouxe a primeira Teoria do Desenvolvimento Vocacional, na qual a escolha profissional não é colocada como um acontecimento pontual, mas num processo que acontece entre os últimos

anos da infância o início da fase adulta. Outro fato importante desta década foi a publicação da Teoria de Donald Super em 1953, que considerou escolha como um processo evolutivo que ocorre ao longo da vida (SPARTA, 2003). Podemos destacar ainda, a publicação da Teoria Tipológica de Jonh Holland, em que os interesses profissionais estão ligados à personalidade de cada um, dessa maneira podem ser usados para definir tipos de personalidade, as quais podem ser encaixadas nas diversas profissões.

5.1. Ontem: A obrigatoriedade da Orientação Educacional no Brasil

No Brasil, a Orientação Educacional também surge em consonância com as necessidades do mercado de trabalho. Nos anos 1920, no processo inicial de industrialização do país, passando pelos anos 1970 com a proposta de modernização, até os anos 1980, período de questionamento quanto às funções desse profissional. (GIACAGLIA e PENTEADO,2010)

Em 1924 temos o primeiro Serviço de Orientação voltado para a escolha profissional, o Serviço de Seleção e Orientação Profissional aplicado para os alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, implementado por Roberto Mange. Este era um engenheiro suíço e atuava no laboratório de mecânica do referido Liceu. Juntamente com Lourenço Filho (importante pesquisador da pedagogia e da psicologia no Brasil) difundiu a psicotécnica no campo educacional e empresarial, além de realizarem trabalhos no Laboratório de Psicologia Experimental. (SAVIANI, 2007)

É importante ressaltar o contexto político e econômico do Brasil para melhor compreendermos o desenvolvimento da Orientação. Na década de 30, a União decide resgatar atribuições que até então vinham sendo sobrepujadas desde a República Velha, tais como a formulação das políticas educacionais. O poder, antes descentralizado aos Estados, agora assume caráter Centralizado e as reformas nascem com cunho autoritário.

É também nesse momento histórico que o país entra em um novo ciclo de produção econômica, no qual o modelo agrário exportador, economia baseada na agricultura e exportação de produtos, começa a dar lugar para as substituições das importações, já que o país experimentava um crescimento no parque manufatureiro além da industrialização que

começou a produzir bens que até então só existiam via exportação (VIEIRA e FARIAS, 2007).

Com Getúlio no poder, precisamente no Estado Novo, inicia-se um processo de mudanças políticas, sociais e econômicas com o objetivo de sustentar a modernização do Estado. Suas reformas no ensino voltam-se principalmente para o ensino técnico, era preciso qualificar trabalhadores para a crescente industrialização. Várias pessoas deixavam a vida rural e vinham tentar melhores condições nas cidades.

É importante destacar que durante o Estado Novo, o país recebe a nova constituição imposta pelo poder vigente. Nesta, o dever do Estado para com a educação é residual, ou seja, o protagonista do ensino era a rede privada e para àqueles cujas famílias não podiam pagar o governo se encarregaria, como podemos verificar no texto da referida Constituição:

Art. 129: À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, e a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré - vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado...

O artigo acima citado reforça o caráter dualista e contraditório dos governantes, pois o país entrava em um processo de modernização, mas o pensamento dos legisladores permanecia ultrapassado, considerando como exemplo, o preconceito contra o ensino público. A educação era elitista, pois para a elite estavam destinadas as carreiras acadêmicas enquanto o povo era conduzido para as carreiras técnicas.

A concepção política da educação no Estado Novo estava voltada para o ensino profissionalizante, e era objeto de atenção prioritária das reformas empenhada pelo ministro de Vargas (VIEIRA e FARIAS, 2007). O papel da orientação profissional era o de encaixar a pessoa certa no trabalho certo.

Além da recente industrialização, é interessante citar outro aspecto que contribuiu para o encaminhamento das reformas: A Segunda Guerra Mundial. É conveniente lembrar que nesse momento o país também passava por uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado. A guerra estava contendo o pessoal qualificado, os quais o Brasil vinha importando, pois não possuía uma política eficiente e adequada em formação de recursos humanos para a indústria. O mesmo acontecia com os produtos que o país necessitava importar. Agora, além de treinar técnicos para a indústria, essa mesma indústria

deveria crescer para atender o mercado interno. Nessa conjuntura, os encaminhamentos de Vargas para o Ministro da educação, priorizavam as reformas que atendessem as necessidades políticas desse momento histórico.

O responsável pelas reformas no campo educacional foi Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública no período entre 1934 -1945. Considerando o ponto de vista da concepção de tais reformas, Saviani (2007) afirma que elas apresentavam um caráter centralista e burocratizado, além de ser dualista, como já citado, pois separava o ensino secundário, destinado às elites do ensino profissional destinado aos menos favorecidos e para afirmar mais ainda essa política de exclusão somente o ensino secundário permitia o acesso às carreiras superiores.

O Decreto- Lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1941 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), uma das leis de Capanema que reformou o ensino, nos interessa por ser a primeira lei que mencionou a Orientação Educacional no país, temos então em seu capítulo XII, a seguinte redação:

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica

Assim, o papel da Orientação Educacional era o de desvendar às aptidões naturais do indivíduo, aqui o seu referencial era quase que totalmente apoiado em bases psicológicas. A sua função era de destacar o indivíduo mais capaz do menos capaz, àqueles que exerceriam funções subordinadas e àqueles que exerceriam funções de direção. Nesse período a orientação era baseada na Teoria Traço e Fator, ou seja, um processo diretivo no qual o orientador realizava diagnósticos baseados na psicologia aplicada e indicava as profissões adequadas a cada orientando (SPARTA, 2003).

As Leis Orgânicas de Ensino tornaram obrigatória a presença de Orientadores Educacionais nas escolas secundárias (somente para essa modalidade de ensino), e segundo Giacaglia e Penteado (2010) o Brasil foi o primeiro país do mundo a legislar sobre tal obrigatoriedade. Fato que, por várias incongruências não levou a efetiva implantação da Orientação Educacional nas escolas. Considerando os autores estudados durante o levantamento bibliográfico, percebe-se um consenso no que diz respeito à distância existente entre o legal e o que realmente acontecia nas escolas. Para Giacaglia, tal distância podia ser explicada provavelmente pelo fato do legislador ancorar-se em modelos vindos de fora que não condiziam com nossa realidade (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010).

Ainda em relação à letra das Leis Orgânicas já citadas, infere-se que a função do Orientador Educacional ainda era de ajustamento profissional, mas, nesse momento, também era direcionada para os alunos considerados problemáticos e amorais, ou seja, ajustar o aluno à escola.

O texto foi iniciado explicando a origem e evolução da Orientação Vocacional Profissional no Brasil, para ficar claro é preciso explicar que a Orientação Educacional surge atrelada a Orientação Vocacional Profissional e aos poucos vai seguindo seu próprio caminho, criando sua área de atuação e crescendo nas formas de orientação aos alunos, e não mais só relacionada com a Orientação Vocacional Profissional. Assim, a mesma passa a ser uma das possibilidades de atuação do Orientador Educacional e não a única (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010).

Em 1958, o MEC publica a Portaria nº 105, que regulamenta o exercício da profissão de Orientador Educacional. Essa mesma Portaria exigia o registro profissional junto à Divisão do Ensino Secundário.

Em 1961, a Lei nº 4024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) instituiu nas escolas de Ensino Médio e Ensino Primário a Orientação Educacional e Vocacional em cooperação com a família. A oferta dessa modalidade passou a atender o ensino primário e secundário, pois na regulamentação anterior apenas o ensino secundário foi contemplado. Nesta a orientação recebeu um caráter corretivo, onde os alunos problemas, ou que saíam dos moldes desejados eram de responsabilidade do então SOE (Serviço de Orientação Educacional). O novo enfoque traz aos orientadores a função de resolver as questões dos alunos mais trabalhosos, e se necessário fosse, segundo os testes aplicados, eram dispostos em

classes especiais. Quanto aos alunos considerados mais capazes suas habilidades eram treinadas para que mais tarde ocupassem os melhores trabalhos. Na LDB de 1961, as atribuições do Orientador voltam-se para todos os alunos e não mais somente para os alunos problemas.

Nesse contexto na LDB de 1961, o Orientador ganha status de Orientador Educativo (OE) e Vocacional, identificando aptidões individuais, com um trabalho estendido a todos os alunos, não somente aos alunos-problema, e lançando mão de todos os elementos da escola para o desenvolvimento de seu trabalho. O Orientador Educacional ofereceria orientação escolar, psicológica, profissional, da saúde, recreativa, familiar. Em 1969, dada à conjuntura político-social brasileira, uma nova função é atribuída ao OE: guiar os jovens em sua formação moral, cívica e religiosa.

Para Giacaglia e Penteado (2010), a década de 70 representou o ápice da Orientação Educacional no Brasil, tanto na legislação quanto à movimentação dos Orientadores Educacionais, com realização de vários congressos e encontros. A categoria buscava se fortalecer para elevar o nível dos profissionais, mais tarde na leitura sobre os acontecimentos da década de 80, veremos que essa movimentação se mostrou importante.

A LDB de 1971, também foi considerada um marco importante, pois tornou obrigatória a presença de Orientadores Educacionais nas escolas tanto de 1º grau quanto nas de 2º grau. No Capítulo I, no décimo artigo temos: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade.” Nota-se a não restrição de grupos, ou seja, escolas públicas ou particulares, desde que estivessem ofertando educação nos níveis acima citados estavam obrigadas.

Ainda na década de 70, houve a publicação do Decreto-Lei 72846/73, o qual instituiu as atribuições do Orientador Educacional. O mesmo será retomado ao longo do trabalho.

A década de 80 foi marcada pelo questionamento do papel da OE. Apesar dos avanços legais e continuidade da movimentação da classe, o trabalho efetivo não acontecia. Giacaglia e Penteado (2010) enumeram vários aspectos que podem ter levado á desvalorização do profissional e da profissão. Dentre os motivos citados, destaco: O não cumprimento da lei 5692/71 e a não realização de concursos públicos, para as autoras isso pode ter acontecido principalmente pelo fator econômico, havia muitas escolas e a folha de pagamento público representava uma enorme fatia do orçamento público, como podemos constatar na fala das referidas autoras: “*Apesar da lei, os Orientadores Educacionais Poderiam ser na prática,*

considerados supérfluos e não essenciais, e sua contratação, avaliada como mais um ônus para os cofres públicos.” (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010).

A falta de clareza quanto às atribuições também colaborou para o desprestígio da profissão, pois por não ter uma função bem definida e delimitada, o Orientador cumpria vários papéis, como: substituir professores faltosos, atender pais e várias outras funções.

Tal situação gerava desconforto nos profissionais e os mesmos começaram a questionar sua posição ideológica bem como as bases teóricas da Orientação Educacional. Para Grispun (2006), os Orientadores passaram a assumir uma postura mais política e comprometida com os objetivos sociais da escola. A mera transmissão de conhecimentos passou a ser questionada, bem como a escola reprodutora das desigualdades sociais, e o Orientador que durante sua trajetória assumiu o papel de encaixar a pessoa certa no cargo certo, de ajustar o aluno à escola ou o faz tudo, começou a conduzir seu trabalho para os valores democráticos. Pode - se confirmar esse caráter reflexivo na seguinte:

Os Orientadores foram discutindo e compreendendo como ocorrem as opções pessoais e profissionais, do ponto de vista da sociedade e da própria escolha do indivíduo; foram compreendendo o significado da liberdade e da autonomia, não como uma postura individual, mas como uma postura ética e social; foram compreendendo também o sentido do contexto, do cotidiano, para a interpretação da realidade de seus alunos, enfim, foram deixando de lado as questões do ajustamento para refletir sobre os questionamentos da realidade. (GRISPUN, 2011, p. 32)

Portanto, a década de 80 foi marcada pela reflexão da função social dos Orientadores Educacionais, no sentido do ensino para a transformação social e superação das injustiças sociais. Contudo, segundo a autora acima citada, muito foi discutido sobre a profissão e o seu papel, mas na prática o discurso não se efetivou. (GRISPUN, 2011)

6. Hoje: a omissão da obrigatoriedade da Orientação Educacional na LDB de 1996

A década de 90 foi marcada pela desobrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de (Lei nº 9394/96), deixou de referi-se ela claramente. Muito embora tenha definido que a formação se faria em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, com vistas a uniformizar tal formação em todo o Brasil. O Artigo 64 trata sobre a formação dos profissionais da educação, porém não explicita sobre a atuação do Orientador Educacional nas escolas: *“A formação dos profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação, em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional*

Segundo Giacaglia e Penteado (2010), atribuições próprias do Orientador aparecem como atribuições da escola, porém não explicita quais profissionais seriam os responsáveis por sua execução. Nesta perspectiva entendemos que ocorreu uma omissão do papel do Orientador Educacional.

Em pesquisa realizada em 2008 (PASCOAL, 2008) verificou-se que, no Brasil, dentre os 26 Estados mais o Distrito Federal, apenas 13 deles contam com a presença desse profissional em suas redes estaduais e distrital de ensino, correspondendo a 48,14 %. Para a autora, a pouca presença pode estar relacionada com ao legado negativo que o histórico da Orientação Educacional nos mostra, como por exemplo, a falta de clareza quanto à suas atribuições. Contudo, frente aos problemas da atualidade, vimos que sua presença é importante para o alcance dos objetivos da educação.

Ainda em consonância com Giacaglia e Penteado (idem), a Orientação Educacional foi desaparecendo das escolas em decorrência de sua desobrigatoriedade. Outros aspectos também contribuíram para tal situação, como questões de ordem econômica, ora se o dever da escola é transmitir conteúdos a mesma não pode abster-se de professores, enquanto que o Orientador foi considerado dispensável.

E quem se tornou responsável pelas questões relacionadas com a integralidade dos alunos? Os professores deveriam ensinar e a direção ocupar-se de assuntos burocráticos. Algumas escolas sentiram falta da atuação do Orientador e passaram contratar auxiliares de

direção e Coordenadores Pedagógicos, porém esse profissional atua com o processo de ensino- aprendizagem junto aos docentes. Outras passaram a responsabilidade para professores mais experientes, que acumulavam funções e não tinham formação adequada. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010)

Com a situação apresentada torna-se claro a conseqüente desvalorização dos Orientadores Educacionais e a gradual diminuição de sua oferta de emprego. Nesse sentido, cabe a seguinte reflexão: estes profissionais seriam realmente dispensáveis?

7. Atribuições legais do Orientador Educacional

O Decreto – Lei nº 72.846 de 26/06/1973 regulamentou as atribuições do Orientador Educacional em âmbito nacional, e até os dias de hoje a atuação desses profissionais estão baseadas nesse documento. O legislador estabeleceu atribuições privativas, nas quais o Orientador deve coordenar e participativas, nas quais deve atuar em cooperação com os demais membros da escola.

Art.8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

- 1- Escola;
- 2- Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando- o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós- escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática de Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

k) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;

c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;

d) Participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;

e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;

f) Participar no processo de encaminhamento dos alunos estagiários;

g) Participar do processo de integração escola- família- comunidade;

h) Realizar estudos e pesquisas na área de da Orientação Educacional

Apesar de ainda estar vigente e nortear a ação dos profissionais, a leitura do documento acima citado explicita, fortemente, a dimensão psicológica atribuída à Orientação

Educacional. Algumas dessas dimensões não chegaram a se concretizar, como é o caso do acompanhamento pós- escolar, pois não havia e ainda hoje não há, número suficiente de profissionais nas escolas. (GRISPUN, 2011, p. 151). É por esta razão que Grispun (2010), não se coloca de forma positiva frente ao referido decreto, pois entende que nele a Orientação Educacional é colocada com ênfase na Orientação Profissional e ao ajustamento.

Por outro lado, Giacaglia e Penteadó (2010), posicionam - se positivamente. Segundo as autoras, ainda que os sistemas públicos de ensino definam as atribuições dos profissionais no âmbito de suas circunscrições; sejam elas federais, estaduais, distritais ou municipais; por meio de decretos, ou que as redes particulares tenham autonomia para incluírem em suas diretrizes internas, atribuições para cada membro de sua equipe, é necessário observar as disposições do referido decreto. Significa que os sistemas de ensino podem elencar prioridades em seu planejamento para adequar às necessidades das escolas.

Para enfatizar a importância da definição das atribuições Giacaglia e Penteadó (2010) descrevem que às vezes é necessário conhecê-las para se ter claro o que não deve ser feito pelo orientador, pois como sabemos, ele pode ser e freqüentemente o é, designado para cumprir funções não pertencentes a sua alçada, ou até mesmo que lhes são vedadas.

8. Orientação Educacional no Distrito Federal

A Orientação Educacional esteve presente desde o início da implantação do Sistema Público de Educação do DF em 1960. Assim como no histórico de desenvolvimento da Orientação Educacional Nacional, seus objetivos sofreram influências de medidas políticas. Para Santis (Apud, SEEDF, 2010, p.10), *“sua abrangência foi sempre limitada às prioridades estabelecidas pela política educacional, face à disponibilidade de recursos humanos”*.

Na década de 70, ela tinha um caráter centralizado e tecnicista e sua principal função era atuar com a Orientação Profissional, junto aos alunos da 8^o série do antigo primeiro grau. Tal atuação, mais uma vez, refletia a conjuntura política que era dualista, pois separa a educação dos menos favorecidos, neste caso a profissional, da elite que prosseguiria para o segundo grau e conseqüentemente para o nível superior. Ora, o egresso da 8^o série necessitava da Orientação Profissional porque deveria ser preparado para cargos técnicos e braçais. Nesta década, o DF contava com 47 (quarenta e sete) profissionais que atuavam em 60 (sessenta) escolas. Em 1974, realizou-se concurso, no qual foram admitidos 100 (cem) novos Orientadores. (SANTIS, apud, SEEDF, p.10)

Na década de 80, assim como no restante do país, contou com agitações referentes à identidade. Em 1984, foi realizado em Brasília, o 8^o Congresso de Orientadores Educacionais, o mesmo contribuiu para o despertar da consciência quanto à função social da escola. Em 1986, a orientação passou a atuar junto as séries iniciais do antigo 1^o grau e ao curso do magistério com objetivo de diminuir porcentagens de evasão e repetência, além de continuar trabalhando com a 8^o série mais a 3^o série do segundo grau.

Em 1990, foi criada a Seção de Orientação Educacional regulamentada pela orientação pedagógica n^o 10. Também foram empossados 34 novos orientadores educacionais por meio de concurso público. O plano quadrienal de educação 1995/1998 elegeu a educação como prioridade e estabeleceu a “Orientação Educacional como um direito das escolas e dos alunos”. Em 95 foram empossados mais 200 profissionais. (Santis, apud, SEEDF, p.10)

Em 1999, a Fundação Educacional do Distrito Federal entrava em processo de extinção que foi finalizado em 2000, quando foi criada a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, nesta a orientação educacional passou a contar com o Núcleo de Orientação Educacional (NOE), subordinado à Gerência de Apoio Psicopedagógico, e para ele foram atribuídos: coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos orientadores

educacionais da rede pública, buscando divulgar e potencializar o trabalho em todos os sentidos (SEEDF, 2010).

Em 2004, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal publicou edital com mais de 700 vagas, dos quais só foram reservadas para especialistas da educação e orientadores educacionais. Contudo, entre o fim de 2008 e o início de 2009, mais de 500 profissionais foram nomeados. Tais nomeações aconteceram porque o então secretário da Educação do Distrito Federal, preocupado com a situação de violência, concluiu serem necessários vários profissionais atuando em conjunto para poder combatê-la, dentre os quais o orientador educacional, e um para cada escola (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010, p. 48).

Também é interessante perceber que nessa época, dadas as disposições da LDB/96, a Orientação Educacional não era obrigatória, contudo os problemas enfrentados pela escola vieram reafirmar a necessidade da sua presença, ainda que de uma forma equivocada, paliativa. Como foi a ação desses profissionais? Eles conseguiram efetivar o trabalho para o qual foram a princípio designados? A história nos mostra a contradição entre as políticas e o trabalho no cotidiano escolar, o legal quase sempre esteve distante do real. Estariam esses profissionais preparados teoricamente e psicologicamente para enfrentar a delinquência? Profissionais destacados para atuar com esse público passam por exames psicotécnicos, justamente para avaliar o equilíbrio necessário no desempenho de suas funções. Novamente, apesar das leis e diretrizes que se dizem libertadoras, o que se vê é uma visão estreita da realidade e da função do Orientador Educacional.

As nomeações acima citadas mostram que apesar da luta dos orientadores educacionais em se comprometer com as causas sociais não refletem nas ações do governo, pois a mentalidade era de contratá-los para resolver o problema da violência, uma forma de remediar e não prevenir.

De qualquer forma, a simples lembrança de necessidade da orientação educacional nas escolas foi alentadora e auspiciosa, ainda que tímida e de pequena repercussão nacional. É, entretanto, uma pena que a figura do orientador educacional seja lembrada apenas quando surgem situações fora de controle, como remediativa, e não como preventiva, e apercebam que algo deva ser feito e que esse algo foge das possibilidades de diretores, professores, CPs e de outros funcionários que, nas escolas, lidam diretamente com os alunos. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010, p. 49).

A violência é um dos grandes problemas sociais da atualidade, e como tal reflete na escola, pois esta enquanto instituição social reflete os acontecimentos do tempo histórico. Segundo Giacaglia e Penteado(2010), as causas da violência na escola ainda não tem uma

resposta específica e sim suposições como a própria vivência dos alunos em ambientes violentos, a desestrutura familiar, o uso de drogas, a desvalorização da escola e outros. Contudo, o que podemos afirmar é a violência existente na atualidade tem invadido os muros escolares. Dessa maneira, qual seria o papel do Orientador Educacional?

O Orientador Educacional nem é policial, juiz e nem diretor de escola, mas dentro de suas atribuições é corresponsável por praticamente tudo que diz respeito a ela. Na qualidade de educador não pode ficar alheio à violência envolvendo alunos, seja como praticantes, seja enquanto vítima delas...(GIACAGLIA e PENTEADO, 2010, p. 331).

Ao Orientador Educacional, mediador dos conflitos entre a sociedade em geral e a comunidade escolar, cabe refletir junto com os alunos as causas da violência, sua ação deve estar voltada, então para a prevenção e não punição. E para prevenir é necessário ter conhecimento dos tipos de violência que ocorrem na comunidade onde atua, além de buscar apoio na literatura especializada. Dessa maneira ele estará instrumentalizado para usar técnicas de prevenção tais como: palestras, debates, dinâmicas de grupo e atendimentos particulares ou em grupo. Sobretudo, o trabalho do Orientador deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico da escola e feito em parceria com a equipe pedagógica e corpo docente.

Em 2009, o Núcleo Técnico e Pedagógico (NTP) e a Gerencia de Apoio Pedagógico (GAP) foram extintas e deram lugar ao Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional (NAPOE), responsável por coordenar o trabalho dos orientadores e das equipes de apoio à aprendizagem. (SEEDF, 2010)

Atualmente existem pouco mais de 700 Orientadores Educacionais no Distrito Federal, estes estão organizados em três níveis, os quais serão abordados nos capítulos seguintes.

8.1. Diretrizes Legais da Orientação Educacional no Distrito Federal

Como já citado, os sistemas de ensino públicos dos entes federativos podem editar diretrizes para organizar e nortear a atuação dos profissionais da educação. No Distrito Federal temos:

Lei Orgânica do Distrito Federal de 1993, que prevê:

Art. 228: É dever do Poder Público garantir o serviço de Orientação Educacional, exercido por profissionais habilitados, nos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública.

Percebe-se que no DF, apesar da desobrigatoriedade a Orientação Educacional é citada como um dever. Em entrevista realizada com uma profissional da área, questionou-se essa questão e a mesma afirmou que o entendimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal é que cada escola deve contar com ao menos um Orientador Educacional, relatou ainda: o Governo de Distrito Federal tem 600 escolas e aproximadamente 700 profissionais em Orientação Educacional, algumas escolas encontram-se desassistidas porque os profissionais referidos encontram-se lotados em cargos diversos, ou seja, em desvio de função.

As Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2009/2013), também compõem o rol de documentos referente à Orientação Educacional. Trata-se de um documento elaborado a cada 4 anos, em acordo com as tendências sociopolítico-culturais e com a legislação em vigor, com o objetivo de estabelecer diretrizes norteadoras da prática educativa. Neste temos:

A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, prevenção, e superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno. Sua ação defende os pressupostos do respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral.

Percebe-se através da leitura do trecho acima citado que as diretrizes encontram-se em acordo com os autores pesquisados, pois descreve a ação da Orientação Educacional como mediadora dos conflitos buscando uma visão do aluno como um ser integral.

Finalmente, temos o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, este orienta as práticas relacionadas ao cotidiano escolar. Sobre a Orientação Educacional, temos na Seção II o artigo 26 e sua redação é idêntica à citação das

Diretrizes Pedagógicas. O artigo seguinte descreve as Atribuições do Orientador Educacional. Portanto, são atribuições do Orientador Educacional do Distrito Federal:

1. planejar, implantar e implementar o Serviço de Orientação Educacional, incorporando-o ao processo educativo global, na perspectiva de Educação Inclusiva para a Diversidade, com ações integradas às demais instâncias pedagógicas da instituição educacional;
2. participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas possibilidades concretas, seus interesses e necessidades;
3. participar do processo de elaboração, execução e acompanhamento da Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implantação e implementação das Orientações Curriculares em vigor na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
4. promover atividades pedagógicas orientados para que os alunos da instituição educacional sejam orientados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, competências e responsabilidades;
5. auxiliar na sensibilização da comunidade escolar para a educação inclusiva, favorecendo a sua implementação no contexto educativo;
6. proporcionar reflexões com a comunidade escolar sobre a prática pedagógica, por meio de discussões quanto ao sistema de avaliação, questões de evasão, repetência, normas disciplinares e outros;
7. participar da identificação e encaminhamento de alunos que apresentem queixas escolares, incluindo dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou outras que influenciem o seu sucesso escolar;
8. participar ativamente do processo de integração escola-família-comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais e familiares no processo educativo;
9. apoiar e subsidiar os segmentos escolares como: Grêmios Estudantis e Associação de Pais e Mestres;
10. participar com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional da identificação das causas que impedem o avanço do processo de ensino e de aprendizagem, e da promoção de alternativas que favoreçam a construção da cultura de sucesso escolar;
11. realizar ações integradas com a comunidade escolar no desenvolvimento de projetos como: saúde, educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, meio ambiente, ética, cidadania, cultura de paz e outros priorizados pela instituição educacional, visando a formação integral do aluno;
12. realizar projetos que visem influir na melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, percebe-se a consonância do trabalho realizado pelo Serviço de Orientação Educacional nos três níveis de atuação, explicados a seguir.

8.2. Organização da Orientação Educacional no Distrito Federal

O trabalho em Orientação Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, se divide em três níveis complementares.

Nível Central: É composto por Orientadores Educacionais e Coordenadores do Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional (NAPOE) da Diretoria de Ensino Fundamental do Distrito Federal, funciona como a instância superior dos três níveis. Entre as suas atribuições temos: coordenar acompanhar e subsidiar as ações nos níveis intermediários e locais; realizar reuniões mensais com os coordenadores intermediários para orientações pedagógicas; visitar as Diretorias Regionais de Ensino para acompanhamento e supervisão dos trabalhos planejados e executados pelos Orientadores Educacionais nas instituições educacionais.

Nível Intermediário: Formado por um ou mais Orientadores Pedagógicos, que coordenam o Núcleo de Monitoramento Pedagógico de sua respectiva Diretoria Regional de Ensino e são eleitos democraticamente pelos demais Orientadores Educacionais (da mesma DRE). Entre suas atribuições destaco: planejar, realizar, participar e subsidiar, semanalmente, as coordenações do Serviço de Orientação Educacional (SOE) na Diretoria Regional de Ensino em que atua; participar do processo de planejamento, de execução e de avaliação das ações propostas pela equipe de Nível Central; promover a atualização do grupo, por meio de oficinas, de palestras, de cursos entre outros, com temas que contribuam com o aperfeiçoamento da prática em nível local; ser o elo de comunicação entre as equipes dos Níveis Central e Local.

Nível Local: Formado pelos Orientadores Educacionais atuantes nas instituições de ensino, entre suas atribuições destaco: planejar, implantar e implementar o Serviço de Orientação Educacional, incorporando-o aos processo educativo global, na perspectiva de Educação Inclusiva e da Educação para a Diversidade, com ações integradas as demais instâncias pedagógicas da instituição escolar; promover atividades pedagógicas orientadas para que os alunos da instituição educacional sejam guiados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, competências e responsabilidades; participar, ativamente, do processo de integração escola-família-

comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento de pais e outros familiares no processo educativo.

O Nível Central realiza reuniões mensais com o nível Intermediário, que por sua vez coordena as atividades realizadas na sua respectiva Regional de Ensino além de reunir-se semanalmente com os Orientadores Educacionais que compõem o Nível Local. Os três níveis estão em constante contato, assim as informações podem circular entre si. Essa forma de organização permite constante interação entre os níveis, favorecendo a coerência do trabalho realizado e até mesmo do discurso, fatos observados nas entrevistas.

9. A prática da Orientação Educacional no Distrito Federal

Este trabalho buscou investigar a situação no seu contexto real. A metodologia baseou-se na pesquisa empírica, na qual a obtenção de dados é realizada a partir de fontes diretas (pessoas) que conhecem e vivenciam o tema estudado. Para isso foi dividido em três etapas: levantamento teórico, realização das entrevistas e análise. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com roteiro previamente estabelecido. A entrevista foi escolhida para a pesquisa, pois segundo Gil (1994) é uma técnica bastante adequada para coletar informações sobre o que as pessoas “ *sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas*” (SELLTIZ et al. 1967 apud: GIL, 1994)

Durante a etapa da fundamentação teórica, em primeiro lugar foi realizado um levantamento histórico, imprescindível para compreendermos o surgimento e a dinâmica do desenvolvimento da Orientação Educacional no mundo, no Brasil e no Distrito Federal. Depois, foi realizada uma definição teórica para a mesma bem como suas atribuições legais, teóricas e práticas. Para tal, estudamos as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBs, a Lei que define as atribuições dos Orientadores Educacionais (Decreto- Lei nº 72.846 de 26/06/1973), e no âmbito do Distrito Federal, estudamos as leis relacionadas à essa área do conhecimento e para conhecer as funções desempenhadas na escola vamos entrevistar um profissional de cada nível estabelecido por diretrizes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, como já citado.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro previamente elaborado, mas que não seguiu fielmente a ordem colocada, pois a receptividade dos entrevistados foi muito boa e a entrevista ocorreu como uma conversa, e questões não elaboradas surgiram ao longo da mesma. Para Gil (1994), uma das vantagens da utilização da entrevista como instrumento na pesquisa social é justamente a sua flexibilidade.

A análise dos dados obtidos foi elaborada a partir de sete categorias previamente selecionadas, que buscam principalmente conhecer a prática cotidiana do Orientador Educacional: 1) Formação; 2) Reflexos da mudança da legislação da Orientação Educacional no trabalho cotidiano; 3) Atribuições na escola; 4) O Orientador Educacional em funções diversas de suas atribuições; 5) A ação do Orientador Educacional frente aos problemas atuais;

e 6) Reconhecimento do Orientador Educacional. Desta maneira foi possível visualizar as considerações obtidas com cada um dos entrevistados. É importante esclarecer que algumas categorias não contam com a fala de todos os entrevistados, pois as funções diferem e a pergunta para um Orientador Educacional que exerce sua função no nível local, não pode ser feita do mesmo modo para o profissional da EAPE; cujas funções são desempenhadas no nível central, ou seja, em funções de coordenação; contudo houve um esforço em direcionar as entrevistas para as categorias já referidas e em seguida descritas.

Na terceira etapa, foi realizada a análise do conteúdo das falas, confrontando com a legislação pertinente e autores estudados, tecendo dessa maneira as considerações finais.

Finalmente, é necessário esclarecer, que várias perguntas levantadas ao início dos trabalhos foram esclarecidas e outras surgiram ao longo das demais etapas. Porém, ainda ficam várias questões não respondidas, as quais podem ser objeto de estudos futuros ou ainda sugestões de pesquisa para outros colegas e estarão explicitadas nas considerações finais.

9.1. O que dizem os Orientadores Educacionais

1) Formação:

Representante do Nível Central: Uma das Coordenadoras do Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional (NAPOE), da Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação de Estado do Distrito Federal, é formada em Pedagogia com habilitação em Orientadora Educacional. Faz parte do quadro de especialistas de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 2004 e já atuou na coordenação do nível intermediário.

Representante do Nível Intermediário: A coordenadora é formada em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar. Atua como Orientadora Escolar há mais de 30 anos, faz parte do quadro de especialistas de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 1999. Atualmente ocupa o cargo de Coordenação da equipe meio de Orientação Educacional de Sobradinho, foi eleita pelos demais profissionais de Orientadores Educacionais dessa regional de ensino.

Representante do Nível Local: A Orientadora Educacional é formada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, possui pós-graduação em Psicopedagogia. Atua como Orientadora desde 1996, faz parte do quadro de Especialistas de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Possui experiência em Orientação Educacional no ensino fundamental, já coordenou a equipe de Orientadores Educacionais de Sobradinho e também participou de uma equipe de Avaliação Psicopedagógica, experiência da qual relata ter sido de grande relevância para sua maturidade profissional cujo aprendizado utiliza na sua prática hoje. Atualmente encontra-se lotada em uma escola de Ensino Médio.

2) Reflexo da mudança da legislação da Orientação Educacional no trabalho cotidiano

Nível Intermediário:

A coordenadora relata que existe sim um lado negativo, pois em escolas, nas quais não existe o serviço, outros profissionais (professor conselheiro, coordenador pedagógico,

professor mais experiente, etc..) assumem funções atribuídas ao Orientador Educacional, como realizar o trabalho de integração no grupo, ouvir os educandos e as famílias, encaminhar para outros profissionais especialistas e outros. Para a entrevistada, a presença de outros profissionais realizando esse serviço, não significa necessariamente que ele será mal executado, mas sua efetividade pode ser comprometida, já que eles têm apenas uma visão superficial e os Orientadores Educacionais, ao menos em tese, dominam as ferramentas necessárias para um trabalho significativo. Para a entrevistada o Orientador é muito necessário, mas a escola sobrevive sem ele.

Contudo, relata que sua presença demonstra uma maior interação na comunidade escolar, pois a principal função desse profissional é realizar a mediação entre os atores da escola, atendendo os professores, pais e alunos e mediando conflitos. Ela afirma ainda que as relações interpessoais são importantes em qualquer modalidade de educação e este trabalho deve ser realizado por todos Orientadores Educacionais em todas as instituições de ensino, desde as séries iniciais ao ensino superior.

Nível Local:

A Orientadora acredita que há um reflexo no cotidiano escolar e na efetividade do trabalho oferecido, pois a presença desse profissional é inquestionável, e ela deveria ser obrigatória e, além disso – deveria existir uma lei estabelecendo um quantitativo mínimo de alunos para cada Orientador Educacional.

A entrevistada atua em uma escola de Ensino Médio com mais de 1000 (mil) alunos e uma sala de ensino especial, em período integral. A escola conta com uma sala reservada para o Serviço de Orientação Educacional (SOE), com mesa e cadeiras e estante onde são guardados os formulários de atendimento e demais documentos do SOE.

Segundo, a entrevista realizada com profissionais da Escola de Aperfeiçoamento Profissionais da Educação (EAPE), a Secretaria de Estado de Educação de Educação do Distrito Federal, entende como obrigação a existência de um Orientador Educacional em cada escola. A Lei Orgânica do Distrito Federal descreve que é dever do Poder Público garantir o Serviço de Orientação Educacional. Contudo, não é o que acontece, pois existem escolas sem o serviço. Bom, se é uma obrigação então porque isso acontece?

3) Atribuições na escola:

Nível Intermediário:

O Orientador Educacional deve atuar nas demandas do cotidiano escolar, realizando atendimentos junto aos demais funcionários da escola, pais e alunos. Deve participar dos conselhos de classe, do conselho escolar, deve atuar em parceria com a rede social de atendimento (instituições sociais) e outros. Além disso, participar das coordenações coletivas uma vez por semana junto aos demais Orientadores Educacionais da sua Diretoria Regional de Ensino.

Nível Local:

Alunos: Atendimento individual para os que a solicitam, por problemas familiares, com colegas, professores, dúvidas relacionadas à sexualidade e outros de ordem pessoal. Atende ainda àqueles com problemas de aprendizagem ou baixo rendimento escolar, por iniciativa dos próprios alunos ou a pedido dos professores.

Realiza trabalhos em conjunto com um Programa do Governo Federal: Programa Saúde na Escola, o qual conta com uma rede de profissionais (Assistentes Sociais, Enfermeiros, Médicos e Psicólogos) que fazem palestras na escola e atendem alunos encaminhados pela escola no Centro de Saúde. Para a entrevistada esse programa é importante, pois ajuda principalmente nas questões ligadas ao uso de substâncias entorpecentes, problema recorrente na escola.

A Orientadora Educacional também realiza um trabalho de apoio para as mães adolescentes da escola, as encaminha para o posto de saúde, media os problemas com a família e articula o processo de avaliação com os professores durante o período da licença maternidade. (Formulário presente nos anexos)

Pais: O atendimento aos pais é realizado quando os mesmos são chamados e também para aos que a procuram espontaneamente, seja por problemas relacionados ao processo ensino- aprendizagem seja por motivos de ordem pessoal.

Professores: É realizado quando os mesmos a solicitam por estarem tendo problemas interpessoais ou de aprendizagem.

A Orientadora Educacional relata que atua na escolha dos representantes de turma e dos professores conselheiros, participa dos conselhos de classe e também ajuda na direção quando solicitada.

Percebe-se que o trabalho realizado está de acordo com as diretrizes distritais e também com os autores pesquisados, pois além de ocupar-se com as questões pedagógicas, ocupa-se com as questões que permeiam a vida do aluno.

A mesma relata não ser possível fazer um trabalho preventivo e sistematizado nas salas de aula, pois são várias turmas, ela tenta minimizar o problema realizando reuniões mensais com os representantes de turma, discutindo demandas relacionadas com a adolescência ou alguma demanda específica vivida pela comunidade escolar. Assim, os representantes atuam como multiplicadores.

Durante a entrevista, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora, a Orientadora Educacional foi solicitada por 4 (quatro) alunos e 1 (um) professor, é possível perceber, então, a sobrecarga de trabalho e compreender o relato da necessidade de estabelecer um número mínimo de estudantes a serem atendidos por cada Orientador Educacional.

No caso do analisado (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) as atribuições do Orientador Educacional estão bem estabelecidas e Serviço de Orientação Educacional é organizado e o trabalho encontra-se amparado em termos de teoria e o próprio sítio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal oferece esse amparo com publicações e cartilhas, além dos cursos de capacitação oferecidos pela EAPE.

Apesar de todo amparo legal e teórico, percebe-se que na prática ainda existem lacunas no trabalho em Orientação Educacional. Em primeiro lugar e como já dito, o serviço ainda não alcança todas as escolas. Na entrevista realizada com a Orientadora Educacional representante do Nível Local, portanto atuando em instituição de ensino, foi notado sobrecarga de trabalho, em consequência do elevado número de alunos a serem atendidos por somente um profissional. Segundo o relato dessa Orientadora Educacional, ela participa dos conselhos de classe, participa do processo de eleição dos representantes de turma bem como dos professores conselheiros, realiza atendimento com pais, professores e alunos, participa dos trabalhos de prevenção e apoio com a rede de instituições da sociedade como Conselho Tutelar e equipe de saúde e outros encaminhamentos comuns do cotidiano escolar e já descritos na análise das entrevistas. Essas atividades encontram-se de acordo com as

atribuições dos Orientadores Educacionais, dispostos pelo Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal, como podemos verificar no título que trata sobre as diretrizes legais para o Distrito Federal.

Contudo, ainda que os trabalhos realizados estejam em consonância com as bases legais e também com a teoria estudada, verificou-se lacunas no trabalho, ou seja, trabalhos que estão deixando de ser realizados. No caso pesquisado, segundo relato, por motivo de excesso de trabalho.

A Orientadora Educacional relata não realizar trabalhos voltados para a Orientação Profissional. A mesma atua em uma escola de Ensino Médio e esse trabalho seria de fundamental importância.

4) O Orientador Educacional em funções diversas de suas atribuições:

De acordo com o histórico da Orientação Educacional no Brasil, percebe-se uma busca por afirmação e identidade desse profissional. Desde seu surgimento, primeiro ligado com a Orientação Profissional, depois com a característica de ser o ajustador, esse profissional sempre questionou a sua função na escola. Hoje, ainda que suas atribuições estejam definidas em lei, e no caso específico do Distrito Federal conte com leis e diretrizes, as quais definem claramente suas atribuições, existem orientadores seguindo caminhos diversos dos estabelecidos.

Um dos motivos que levou ao desprestígio da Orientação Educacional foi justamente a falta de clareza quanto às suas atribuições.

Pelo fato de ser uma profissão pouco conhecida, mesmo no ambiente escolar, é de extrema importância que o Orientador Educacional, tenha pleno conhecimento de suas atribuições para que possa não só atuar com segurança, de conformidade com elas, como também dar a conhecer e a respeitar seu trabalho. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010, p. 65)

Nível Central:

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conta com mais de 700 Orientadores Educacionais e com 600 instituições de ensino, seria possível que cada escola contasse com ao menos um Orientador Educacional, mas existem várias escolas (não foi precisado um número aproximado) sem o serviço, pois há Orientadores Educacionais em desvio de função e licença –saúde.

Nível Intermediário:

Para a coordenadora, o Orientador Educacional às vezes é: “seduzido para fazer tarefas que não são suas e que ninguém quer/gosta de fazer, como: organização de eventos escolares, reuniões, gincanas e outros.” Segundo a mesma, isso acontece porque a função não é clara para a escola. Contudo, se o Orientador Educacional apresentar clareza quanto ao seu trabalho e apresentar um plano de ação para toda equipe, de maneira que todos possam conhecê-lo, estes desvios de atribuições podem ser minimizados. Entretanto, a entrevistada afirma que faz parte do bom relacionamento com a comunidade escolar a ajuda em vários setores da escola. Para ela, é importante manter o foco para os detalhes da função, como manter um bom relacionamento interpessoal, colaborar para manter os setores da escola interligados e trabalhar em prol da equipe.

A entrevistada relata que a primeira ação do Orientador Educacional deve ser apresentar seu trabalho para a comunidade escolar, apresentando o seu planejamento com objetivos e ações que serão realizadas para alcançá-los.

Nível Local:

A Orientadora Educacional afirma ser necessário, em primeiro lugar apresentar as atribuições para a equipe escolar. Nesse momento da entrevista a mesma compartilhou sua experiência pessoal:

“Quando assumi na primeira escola do governo em Planaltina em 96, no meu primeiro dia de trabalho o diretor me chamou e perguntou o que eu iria fazer na escola. As escolas não sabiam a função do Orientador Educacional e esperavam que eu solucionasse todos os problemas em um passe de mágica. Estou nessa escola há quatro anos e quando cheguei foi a mesma coisa, mas eu disse que primeiro iria observar tudo e iria confeccionar um plano de acordo com a demanda da escola.”

Contudo, apesar de ter o seu papel bem definido para toda comunidade, a entrevistada afirma que às vezes também realiza tarefas fora de sua alçada, mas que contribuem para o bom funcionamento da escola, como por exemplo substituir pessoal na equipe de gestão escolar.

A Orientadora Educacional relata ainda que é necessário fazer um planejamento coletivo, junto com os demais membros da escola e um planejamento só do Serviço de Orientação Educacional.

O planejamento coletivo permite que o Orientador Educacional não fique isolado dos acontecimentos da escola. Suas ações devem estar voltadas para estes acontecimentos, pois não é possível atuar em uma realidade que se desconhece. O planejamento coletivo permite ainda a discussão e definição de objetivos comuns.

5) A ação do Orientador Educacional frente aos problemas atuais

Nível Central:

A Orientação Educacional dos dias atuais possui uma dimensão mediadora entre todos os atores sociais da escola, sua ação está voltada para a formação da cidadania dos alunos, considerando todo o seu caráter subjetivo. Falar em subjetividade é falar de toda a realidade que cerca o aluno, e para lidar com as questões postas no mundo de hoje é necessário, em primeiro lugar um perfil flexível, capaz de absorver as mudanças sem julgamentos e sim com um caráter crítico. Em segundo lugar é necessário investir na formação continuada dos profissionais. Uma das funções da EAPE é justamente oferecer cursos de capacitação para os Orientadores Educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, nos quais são debatidos, estudados e sistematizados temas pertinentes à área de atuação desses profissionais.

Nível Intermediário:

Para a coordenadora, o Orientador Educacional deve estar preparado emocionalmente para tratar com os assuntos de vanguarda. Além disso, deve também ser um pesquisador, pois é necessário manter-se atualizado e também buscar capacitações.

A entrevistada afirma que o Orientador Educacional necessita ter uma cultura geral e acadêmica ampla, suas leituras e pesquisas devem passar pela filosofia, sociologia, antropologia, psicologia e atualidades, pois o mesmo lida com o ser humano, e este se reveste de complexidade e apenas um campo do saber não é capaz de subsidiar sua prática.

Vimos que o Nível Intermediário realiza reuniões como os demais Orientadores Educacionais de sua Diretoria Regional de Ensino uma vez por semana. A entrevistada relata que nessas reuniões eles estudam, debatem e trocam experiências; isso permite subsidiar o

trabalho dos Orientadores Educacionais Locais. Essa forma de organização integra os profissionais e permite uma coerência de ações.

Nível Local:

Para a Orientadora Educacional é importante ser flexível e tentar ao máximo abster-se de preconceitos, pois as mudanças no mundo são constantes. O profissional dos dias atuais precisa de um novo olhar, no sentido de compreender tais mudanças e refleti-las com a comunidade escolar.

A entrevistada relata ainda que todas as ações de sua prática estão pautadas em uma palavra: respeito. Para ilustrar sua fala, cita a seguinte experiência:

“Ano passado, a escola enfrentou um problema sério com a homofobia. Eu tinha um aluno que se montava mesmo, sabe! Ele vinha para a escola travestido, e era assumido mesmo. Os outros alunos estavam judiando dele mesmo, xingavam, faziam gracinhas e já estavam falando em bater no menino. Aí eu tive que entrar em todas as salas e conversar com eles. Aí eu tentava mostrar que todos devem ser respeitados sem distinção de nada. Mostrei para eles o artigo quinto da Constituição Federal que fala sobre a igualdade, falei para se colocarem no lugar do colega e pensarem: e se as pessoas fizessem o mesmo com você por qualquer característica que você venha a ter?”

Segundo a entrevistada esse problema específico foi resolvido, mas nem sempre a Orientação Educacional é capaz de resolver os problemas da comunidade escolar. Os pais, professores, alunos e os demais membros da escola, esperam que o Orientador Educacional resolva problemas como: dificuldades de aprendizagem, rebeldia, uso de drogas, sexualidade e até mesmo violência, mas nós não temos formação para atuar em todos esses casos, por isso trabalhamos em parceria com outras instituições como o Conselho Tutelar, o posto de saúde a Delegacia de Crianças e Adolescentes.

A entrevistada reconhece a importância de um trabalho sistemático e preventivo, principalmente nas questões interpessoais e problemas atuais, como uso de drogas, sexualidade, uso de drogas e outros. Contudo as demandas mais urgentes tornam o trabalho preventivo inviável.

6) O reconhecimento do Orientador Educacional

Nível Intermediário:

A entrevistada relata que a maioria das escolas valorizam o trabalho do Orientador Educacional. Contudo, a valorização só acontece quando o Orientador Educacional sabe se situar para/no grupo, mas se titubeia não é bem entendido.

O trabalho da Orientação Educacional envolve relações humanas, orientação de comportamento e acadêmicas, relacionamento com as famílias e outras instituições sociais, ou seja, é um trabalho com muitas frentes e pode não ser claro para quem está observando. Portanto, ao iniciar os seus trabalhos o Orientador Educacional deve explicar para os demais membros da equipe sua função.

Todo trabalho escolar tem um objetivo, não existe ação pedagógica neutra. Antes de entrar na sala de aula para explicar os conteúdos, o professor traça um objetivo a ser atingido e pensa nas ações que serão usadas para atingi-lo. O mesmo deve acontecer com o trabalho da Orientação Educacional. O planejamento é importante, pois traça os objetivos e os rumos a serem seguidos, ou seja, é por ele que o trabalho do Orientador Educacional faz sentido.

Nível Local:

A Orientadora Educacional sente-se reconhecida pelos demais funcionários da escola, pais e alunos. Sua relação é muita boa com todos os funcionários da escola e mesmo quando não consegue alcançar os objetivos em algum encaminhamento o seu esforço é valorizado, pois a equipe conhece o meu trabalho e nem todas as demandas da escola estão sob a alçada da Orientação Educacional.

10. Considerações Finais

Considerando os dados obtidos com as entrevistas, os autores pesquisados e a legislação atual, nota-se o reflexo da mudança da legislação, relativo ao trabalho do Orientador Educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, refere-se a Orientação Educacional de maneira não explícita e dispõe somente sobre a formação desse profissional, que em seu Art. 64 refere-se a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, porém a critério da instituição de ensino, garantida nessa formação a base comum nacional. Significa que a formação do Orientador não é obrigatória nos cursos de graduação.

Além disso, os empecilhos para que a formação dos profissionais em Orientação Educacional se efetive foram colocados nos pareceres CNE/CP n° 5, de 13/12/2005, e CNE/CP n° 3, de 21/2/2006, bem como na Resolução CNE/CP n° 1, de 15/05/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia, que, em seu artigo décimo, extinguiu a possibilidade das habilitações específicas acontecerem na Graduação. Ademais, o Parecer CNE/CP n° 3, de 17/07/2007, reiterou que o curso de Pedagogia, dentro das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, constitui-se em licenciatura, e seu eixo central é a formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, portanto não mais podem existir cursos com habilitação. (REIS, p. 34, 2009)

Segundo Giacaglia e Penteado (2010) tal omissão fez com que a Orientação Educacional fosse desaparecendo das escolas e outros profissionais não habilitados exercessem essa função. Essa situação foi relatada na entrevista com a representante do Nível Intermediário:

“Quando a escola não tem um Orientador, outros profissionais assumem sua função, pois existem demandas para as funções que seriam do Orientador Educacional, mas esses profissionais; geralmente o coordenador pedagógico ou o professor mais experiente; possuem uma visão superficial do trabalho, ao passo que os Orientadores Educacionais, em tese dominam as ferramentas para um trabalho efetivo.”

Portanto, a omissão da legislação gera uma desobrigatoriedade da presença dos Orientadores Educacionais nas escolas, há um vazio legislativo, este gera descaso por parte das autoridades.

As entrevistas realizadas mostram esses reflexos no cotidiano de atuação desses profissionais no Distrito Federal. Por exemplo, pelo número insuficiente de Orientadores

Educacionais presentes no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e pela não substituição desses profissionais em desvio de função ou licença-saúde. Em alguns casos a função do Orientador Educacional é assumida por outro profissional, geralmente o Coordenador Pedagógico ou um professor mais antigo, que acumulam funções.

Outro reflexo relatado é a sobrecarga de trabalho enfrentado pela Orientadora Educacional entrevistada. A efetividade de seu trabalho é comprometida pelo elevado de número de alunos que demandam o seu atendimento, as demandas mais urgentes da escola não permitem que o trabalho de prevenção seja realizado. O trabalho de Orientação Vocacional Profissional não é realizado pelo mesmo motivo. Ou seja, não é possível atuar de forma preventiva, mas de forma pontual.

Além disso, constatou-se pelos relatos, que os profissionais continuam assumindo funções diversas de suas atribuições, tais como: preparar festas e gincanas, trabalhar em funções administrativas, substituindo pessoal da secretaria escolar. Assim, além de contar com um número reduzido de profissionais, ainda existem aqueles que não assumem de forma devida suas funções na escola.

Conclui-se que a omissão presente na legislação atual quanto à Orientação Educacional levou a desobrigatoriedade de sua presença nas escolas.

11. Perspectiva de vida e atuação profissional

O curso de Pedagogia sempre foi meu objetivo, mesmo quando não sabia o que significava ser um Pedagogo. Hoje, conhecendo mais sobre a importante função do educador na sociedade atual, sinto que fiz a escolha certa.

Apesar de ainda não possuir experiência na área, me sinto preparada para assumir o papel de educadora. Na minha atuação profissional pretendo voltar minhas ações para a formação de pessoas críticas e mais conscientes.

Em breve assumirei uma turma de ensino fundamental, cargo obtido através de concurso público, e pretendo aplicar teorias e valores que aprendi ao longo da minha formação. Valores aprendidos principalmente com professores que tomo mestres e que com suas posturas e atitudes me ensinaram o verdadeiro valor de um educador.

Acredito que a experiência como professora contribuirá muito para o meu amadurecimento profissional, mas essa não é a minha meta profissional. Pretendo tão logo seja possível iniciar o curso de pós-graduação em Orientação Educacional.

Fui aprovada em mais dois concursos da área de educação: um para coordenadora pedagógica e o outro em uma instituição de ensino superior, o Instituto Federal de Goiás. Meu principal objetivo é assumir a vaga da instituição de ensino, na qual atuarei como Pedagoga e as atribuições do cargo se assemelham com as da Orientação Educacional. Caso essa meta se concretize, espero continuar estudando na área de educação e fazer um mestrado, talvez sobre a atuação do Orientador Educacional no ensino superior.

Finalmente, acredito que a formação não se encerra ou na graduação ou no doutorado, ela continua ao longo da vida, assim pretendo seguir caminhando como pesquisadora dos problemas encontrados ao longo da minha trajetória profissional independentemente da obtenção de títulos.

12. Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DISTRITO FEDERAL, **Lei Orgânica**.1993
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GIACAGLIA, L. R. A. **Orientação Vocacional por Atividades: uma nova teoria e uma nova prática**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003.
- GIACAGLIA, Lia; ANGELINI, Renata.;PENTEADO, Wilma M. A. **Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**.6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GRISPUN, Míriam P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRISPUN, Míriam P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos , para quê?** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÜCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PASCOAL, Míriam; ALBUQUERQUE, Fabiane Aparecida de; HONORATO, Eliane Costa. **O Orientador Educacional no Brasil**. Educação em Revista. Belo Horizonte. Número 47, junho de 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006>. Acessado em maio de 2012.
- REIS, Cleivane Peres do; LIMA, Layanna Giordana Bernado. **Lei e Diretrizes e Bases da Educação Educacional: Lei nº 9394/1996 princípios e orientações**. Brasília: Vestcon, 2009.
- RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Disponível em <[HTTP://www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)>. Acesso em maio de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Orientação Pedagógica**, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal**. Disponível em <[HTTP://www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)>. Acesso em maio de 2012.

SPARTA, Mônica. **O desenvolvimento da Orientação profissional no Brasil**. Revista Brasileira de Orientação Profissional vol. 4, n1-2, pp. 1-12, 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902003000100002&script=sci_abstract>. Acessado em maio de 2012.

VASCONCELOS, Z. Barbosa de; OLIVEIRA, Inalda D. **Orientação Vocacional: alguns aspectos teóricos, técnicos e práticos**. Vetor, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

13. Anexos

